



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

**Presidente:** Exmo. Sr. Ivo Mendonça

**Secretário:** Exmo. Sr. Adilson Managem

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 12 horas e 30 minutos.

No quadro da análise na especialidade, a 3.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à apreciação conjunta, na especialidade, das propostas de lei n.ºs 25 e 26/X/7.ª/2017 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano

Económico 2018, com o orçamento do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos. Fizeram uso da palavra a Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (Ilsa Amado Vaz) e o Sr. Deputado Mário Rainho (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 13 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Ministros e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 12 horas e 30 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**

**Carlos Manuel Cassandra Correia**

**Ivo Mendonça da Costa**

**Joaquim Salvador Afonso**

**Mário Fernando** de Jesus Rainho

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Partido da Convergência Democrática (PCD):

**Jorge Coreia**

O Sr. **Presidente**: — Vamos apreciar muito rapidamente o orçamento do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos. Nestes termos, gostaria de convidar a Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, para fazer a apresentação do orçamento do seu Ministério.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos** (Ilsa Amado Vaz): — Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Directores, muito boa tarde.

O orçamento do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos para o ano 2018 mantém-se, de uma maneira geral, no que se refere às despesas normais de funcionamento. Não se regista grandes alterações.

Em relação ao investimento, registou-se uma proposta de aumento, para dar resposta ao processo de reforma que se pretende especificamente para as áreas da Justiça, de maneira a se poder agir particularmente sobre a área de investigação criminal. Estamos a falar da transformação da Polícia de Investigação Criminal na Polícia Judiciária, direccionada sobretudo para dar resposta à abertura de um concurso, ingresso de novos quadros e, por outro lado, também assessorias para a reforma do sistema Judiciário.

Grosso modo, o orçamento reflecte essas duas realidades.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Ministra.

Srs. Deputados, alguma pergunta a ser colocada?

Se não há nada pertinente, podemos avançar?

Tem a palavra o Sr. Mário Rainho, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Muito boa tarde, Sr. Ministra.

Tenho apenas uma pergunta, não tem a ver com os números, mas uma questão só de esclarecimento., que diz respeito à Região Autónoma do Príncipe. Esta região carece de um Juiz, que deve fixar-se na Região Autónoma do Príncipe, até agora tem estado a passar pela rádio que é para breve, já há anos que isto tem estado a acontecer. Até que ponto isto está contemplado, Sra. Ministra?

Pela sensação que temos a falta de verba é um dos motivos para que até agora não se consiga instalar um juiz no Príncipe, mas isto tem acarretado muita despesa e riscos enormes, sobretudo quando as pessoas têm que vir para São Tomé, para serem julgadas ou, por vezes, de tempo em tempo é que um juiz vai para o Príncipe.

E quanto à questão de uma cadeia, como é que está, Sra. Ministra?

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — Sr. Deputado, em relação à situação da Justiça na Região Autónoma do Príncipe, o que o Deputado relatou é a realidade, não há condições para que se consiga realizar e oferecer ao cidadão uma plena justiça na Região Autónoma do Príncipe. Os esforços têm sido envidados, para que se consiga minimizar os problemas, mas estamos a falar de reformas ao nível de infra-estruturas, porque o Juiz para os Tribunais da Região Autónoma do Príncipe e o Procurador já foram recrutados e auferem um subsídio para a instalação ou, por outra, é

atribuída a todos os Juizes um subsídio para a renda de casa. O que impera a estadia dos magistrados é a questão de uma residência para estarem. Como sabem, os Tribunais são um órgão de soberania e cabe aos Tribunais determinarem que estes magistrados sejam colocados lá. É verdade que existem outros problemas, mas a não estadia de um magistrado não é um ónus do Ministério da Justiça nem do Governo, porque as finanças pagam a todos os Magistrados Judiciais, como do Ministério Público, um subsídio para a renda de casa. Por isso, não deve ser problema. Entretanto, ao nível geral das infra-estruturas, já fizemos um levantamento, para ver até que ponto se pode avançar, e esta questão de infra-estrutura consta no âmbito geral da reforma da Justiça. Conforme se for implementando a reforma da Justiça no decorrer dos 5 anos, vai-se também agir sobre a modernização das infra-estruturas.

O Ministério esteve duas vezes, no ano passado, na Região Autónoma do Príncipe, fizemos um levantamento, para que fosse possível adaptar uma ou outra estrutura, submetemos o projecto a um dos parceiros e estamos a aguardar, para ver se conseguimos minimizar, porque estamos conscientes de que é um peso considerável transferir reclusos da Região Autónoma do Príncipe para São Tomé, de São Tomé para a Região Autónoma do Príncipe e depois para voltarem para a prisão definitiva em São Tomé. Por isso, é de todo interesse do Governo trabalhar neste sentido. Está incluído na reforma, não para este ano, mas sucessivamente vai-se fazendo.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Ministra.  
Não sei se ficou esclarecido, Sr. Deputado Mário?

O Sr. **Mário Fernandes** (ADI): — Obrigado, Sra. Ministra, deu para esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Mais perguntas, Srs. Deputados.  
Não havendo, terminamos a apreciação do orçamento da Justiça e vamos avançar para outro ministério.

*Eram 13 horas e 40 minutos.*

*Estavam ausentes os seguintes Srs. Deputados:*

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Deolindo** Luís da Trindade **da Mata**

**Maria das Neves** Baptista de Sousa

**Vasco** Gonçalves **Guiva**